


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0015825-81.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 29/01/2015 10:15:22 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

Relatório dispensado nos termos do artigo 38, *in fine*, da Lei nº 9.099/95.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, vez que não há necessidade da colheita de provas em audiência e por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

O pedido merece prosperar.

Ressalte-se, de início, a inocorrência de inépcia da inicial, pois a autora apontou o período reivindicado e simples cálculo aritmético poderá indicar o cômputo do valor, na fase de cumprimento de sentença.

No mais, é o caso de se reconhecer a ocorrência da prescrição em relação às parcelas não pagas, que superarem o período quinquenal que antecedeu a ação mandamental.

Nesse sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A jurisprudência dessa Corte firmou-se no sentido de que a impetração do mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança que visa o pagamento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ. Precedentes: AgRg no REsp 1.161.472/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no Ag 1.248.177/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2010; AgRg no Ag 1.258.457/PA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/11/2011. 2. No caso concreto, a decisão proferida no mandado de segurança transitou em julgado em 27 de abril de 2004 e a ordinária de cobrança foi proposta em 16 de novembro de 2004, antes, portanto, de decorridos cinco anos do julgamento do mandamus, razão

**0015825-81.2013.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pela qual não há falar em prescrição. 3. Agravo regimental não provido.” (AREsp 250182/CE Primeira Turma Julgadora Rel. Min. Benedito Gonçalves j. 27.03.2014).

No mais, a ação foi proposta em 29/08/13, antes de decorridos cinco anos do julgamento do *mandamus*, cujo trânsito em julgado do v. Acórdão ocorreu em 03/02/12 (fls. 75), não havendo que se falar em prescrição, sob este aspecto.

Objetiva a parte autora, por meio desta ação, o pagamento dos valores atrasados do ALE (Adicional de Local de Exercício), no quinquênio que antecedeu a propositura do *writ*.

O v. Acórdão prolatado no mandado de segurança impetrado por ela reconheceu o seu direito ao ALE, mas limitou o pagamento às parcelas vencidas após o ajuizamento daquela ação.

Assim, faz jus a parte autora ao pagamento dos atrasados não abrangidos pela ação mandamental.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido.

Condeno a Fazenda Pública do Estado de São Paulo ao pagamento do valor correspondente ao ALE, com correção monetária integral a partir do momento em que a verba seria devida, ou seja, desde 05 anos antes da data da propositura da ação mandamental.

Esses valores serão ainda acrescidos de juros de mora, de 6% ao ano, contados da citação e correção monetária pelos índices constantes da tabela divulgada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para os débitos da Fazenda Pública, considerado o mês de pagamento, não de referência, como termo inicial. Isto até agosto de 2009. Após esta data, a correção monetária e juros devem obedecer ao disposto no art. 1º- F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, até que haja modulação dos efeitos pelo C. Supremo Tribunal Federal ou definição do índice de correção no julgamento dos embargos opostos ao já publicado, ou seja, observando-se, sempre, o desfecho do julgamento das ADIs 4425/DF e 4357/DF.

Para a execução do débito, reconheço a sua natureza alimentar, pois parte de vencimentos.

Honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

Em razão do valor da ação, descabe reexame necessário.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P R I

São Carlos, 27 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**